

→ continuação

MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **MAPFRE Capitalização S.A.** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não para o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais identificações significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 15P252419/O-0

PARER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da **MAPFRE Capitalização S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as províões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas e da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas províões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as províões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas e da análise de solvência em base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as províões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas e da análise de solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das províões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas e da análise de solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação

dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das províões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas e da análise de solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Capitalização S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as províões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das províões técnicas e da análise de solvência acima referidos da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrem o escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

DIRETORIA

FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT
RAPHAAEL DE LUCA JÚNIOR

MAURÍCIO GALIAN

RENATO FERNANDES

MIGUEL GÓMEZ BERMUDEZ

CONTADORA

DANIELE GOMES YOSHIDA
CRC 15P 255783/O-1

ATUÁRIA

VERA LÚCIA FERNANDES LOPES
MIBA 817

MAPFRE Previdência S.A.

CNPJ 04.046.576/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da MAPFRE Previdência S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação.

A MAPFRE Previdência S.A. atua no segmento de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional, e participa no DPVAT através do convênio da Seguradora Líder.

Prejuízo

A Seguradora apresentou prejuízo de R\$ 20,1 milhões (R\$ 3,3 milhões em 2017) substancialmente atrelado a redução das rendas de contribuições e prêmios dos produtos de previdência e ao aumento da despesa de comercialização atrelada ao crescimento do faturamento dos produtos de seguros, quando a parcela de comercialização é maior no início do plano de pagamento ao corretor.

Daremos continuidade a estratégia de valorizar e entender as demandas dos clientes; estimular e promover inovação, atuar de maneira sustentável, integrando as questões ambientais, sociais e de governança ao negócio; valorizar e reconhecer o trabalho e a dedicação dos colaboradores, focando sempre na busca permanente por eficiência operacional. Estes princípios nortearão a Seguradora em 2019, sempre em busca por crescimento e por incrementos em seus resultados.

Distribuição de dividendos

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Previdência S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da Administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de

Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investidos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Declaração de capacidade financeira

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Seguradora declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e segurados pela confiança e apoio, e, em especial, aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Circulante		3.170.400	3.344.563	3.314.107
Disponível	5	609	1.974	5.817
Caixa e bancos		609	1.974	5.817
Aplicações	6	3.098.700	3.281.780	3.259.600
Créditos das operações com seguros e resseguros		818	135	-
Operações com resseguradoras		818	135	-
Créditos das operações com previdência complementar		945	2.158	885
Valores a receber		426	413	366
Operações com repasses - Resseguradoras		519	1.745	519
Outros créditos operacionais	7	2.056	4.514	2.422
Ativo de resseguro e retrocessão		2.759	-	8.920
Títulos e créditos a receber	8	9.051	6.295	8.910
Títulos e créditos a receber		3.618	1.244	5.297
Créditos tributários e previdenciários		3.344	3.085	2.040
Depósitos judiciais e fiscais		1.306	1.307	806
Outros créditos		783	659	767
Outros valores e bens	74	54	42	42
Outros valores		74	54	42
Despesas antecipadas	31	14	17	17
Custos de aquisição diferidos	55.357	47.639	36.414	23.055
Seguros	14	51.363	33.950	23.055
Previdência	14	3.994	13.689	13.359
Ativo não circulante	380.302	279.316	274.579	274.579
Realizável a longo prazo	379.211	277.667	272.772	272.772
Aplicações	6	356.612	256.601	255.514
Títulos e créditos a receber	8	22.599	21.066	17.258
Títulos e créditos a receber		22.599	18.782	16.778
Créditos tributários e previdenciários		-	2.284	480
Investimento	229	205	214	214
Participações societárias	9	229	205	214
Imobilizado	722	1.150	781	781
Bens móveis		653	1.081	713
Outras imobilizações		69	69	69
Intangível	140	294	812	812
Outros intangíveis		140	294	812
Total do ativo	3.550.702	3.623.879	3.588.686	3.588.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Circulante		484.091	469.955	441.298
Contas a pagar		7.613	12.087	11.432
Obrigações a pagar	10	4.055	5.922	4.957
Impostos e encargos sociais a recolher		1.883	5.746	4.665
Encargos trabalhistas		1.512	205	1.492
Impostos e contribuições	11	163	214	221
Outras contas a pagar		97	97	97
Débitos de operações com seguros e resseguros	12	4.484	3.053	2.520
Operações com resseguradoras		3.852	2.774	1.031
Corretores de seguros e resseguros		603	250	199
Outros débitos operacionais		29	29	1.290
Débitos de operações com previdência complementar	13	6.572	14.984	13.878
Contribuições a restituir		462	434	377
Operações de repasses		4.422	1.855	-
Outros débitos operacionais		1.688	12.695	13.501
Depósitos de terceiros	17	18.716	1.966	-
Provisões técnicas - seguros	14	236.319	226.328	209.518
Danos - DPVAT		86.973	74.865	69.362
Vida com cobertura por sobrevivência		149.346	151.463	140.156
Provisões técnicas - previdência complementar	14	210.387	211.519	203.933
Planos não bloqueados		22.949	20.161	20.549
PGBL		187.438	191.358	183.384
Outros débitos		18	17	17
Provisões judiciais		18	17	17
Não circulante	18	2.958.003	3.060.184	3.050.333
Contas a pagar	315	401	666	666
Tributos diferidos		315	401	666
Provisões técnicas - seguros	14	1.234.618	1.301.076	1.295.725
Vida com cobertura por sobrevivência		1.234.618	1.301.076	1.295.725
Provisões técnicas - previdência complementar	14	1.723.020	1.758.707	1.753.942
Planos não bloqueados		183.268	171.636	183.334
PGBL		1.539.752	1.587.071	1.570.608
Outros débitos		50	-	-
Provisões judiciais		50	-	-
Patrimônio líquido	19	108.608	93.740	97.055
Capital social		81.273	81.273	81.273
Reservas de lucros		35.000	-	-
Prejuízo acumulado		-	12.467	15.782
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.550.702	3.623.879	3.588.686	3.588.686

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

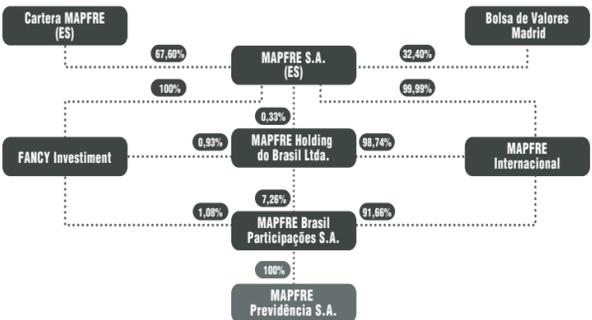
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	81.273	-	14.988	794	97.055
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.315)
Reservas de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	(3.315)	-	3.315
Saldos em 31 de dezembro de 2017	81.273	-	11.673	794	93.740
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(20.132)
Reservas de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	(11.673)	(794)	12.467
Aumento de capital AGE 28 de dezembro de 2018	-	35.000	-	-	35.000
Saldos em 31 de dezembro de 2018	81.273	35.000	-	(7.665)	108.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade de capital fechado e tem como objeto social operarem atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Seguradora integra o GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas no Brasil e no Exterior, com sede em Madri, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábe

← continuação

MAPFRE Previdência S.A. – CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

líquido e fluxos de caixa para os períodos de 31 de dezembro de 2016 e 2017. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. A segregação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) entre circulante e não circulante é realizada utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos (TAP) da Seguradora. Os Fundos Especialmente Constituídos de PGBL/VGGBL são na sua totalidade para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGGBL, não existindo descausamentos no fluxo de caixa. Em função dos títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e para fins de análise da liquidez, são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidação dos passivos correspondentes, sem vencimento. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e emissões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, uma maneira correta. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Notas 3b e 6 - Aplicações financeiras; • Notas 3h, 3k e 14 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Notas 3e a 24 - Provisões judiciais; e • Notas 3r e 22 - Ativos e passivos diferidos/imposto de renda e contribuição social. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2017 e 2018, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do IFRS 17. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e bancos:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados com garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; ii. Ativos financeiros disponíveis para venda; iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e iv. Empréstimos e recebíveis e, a classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes apresentados dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iii. *Ativos mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. iv. *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas “Crédito das operações com seguros e resseguros e com previdência complementar”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. v. *Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **c) Classificação dos contratos de seguros:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **d) Redução ao valor recuperável:** i. *Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que não foi revertida de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ii. *Ativos não financeiros:* Ativos sujeitos à depreciação e amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Investimentos:** Compreende o investimento mantido na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. **g) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **h) Provisões técnicas:** As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da MAPFRE Previdência S.A., foram elaborados em todos os aspectos, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas de Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. *Seguros de danos, vida individual e vital misto:* A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas de sinistros avisados e os valores estimados referentes às ações judiciais. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do balanço sendo calculada com base no valor que resultar maior entre os percentuais, aplicados sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses. Inclui também provisão para operações dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. *Previdência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência:* As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial. A provisão matemática de benefícios a conceder vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e aos planos de beneficiário da modalidade “gerador de benefícios livres” (PGBL) representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIEs). Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc) representa o valor atual dos compromissos da Seguradora para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios sob a forma de renda. A Provisão de Excedentes Financeiros (PEF) é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de sinistros ou benefícios, tanto na fase de diferimento, quanto na fase de concessão de benefícios. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com o item 3k desta nota.

i) Tábua, taxa e carregamento dos principais produtos

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EM5sb (male/female)	1,50% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	BR-EM5sb (male/female)	0% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	Não há	0% a.a.	0% a 3%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EM5sb (male/female)	2% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EM5sb (male/female)	0% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EM5sb (male/female)	3% a.a.	0%

j) Mensuração dos contratos de seguros: Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. **k) Teste de adequação dos passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e Circulares SUSEP nº 321/2015 e nº 521/2015, a cada data de balanço, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas, excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco autorizadas pela SUSEP (ETT). Os seguros relativos aos ramos DPVAT, não foram objetos de análise neste teste em consonância com a Circular SUSEP nº 321/2015. O teste foi elaborado bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Cupons de IPCA, IGPM e TR - ETT SUSEP
Tábua de mortalidade	BR-SEM
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGPM e TR

O resultado do teste de adequação apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de seguro, mas não há necessidade de registrá-lo pois o valor será garantido pela “mais-valia” dos ativos financeiros mantidos até o vencimento que perfaz o montante de R\$ 47.061 milhões, conforme estipulado §2º artigo 52 da Circular SUSEP nº 543/2016. **l) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade “não proporcional” são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **m) Custos de aquisição diferido:** Compreendem as comissões e o agenciamento sobre contratos de previdência e seguro Total Mist, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo período médio de 60 (sessenta) meses com base em estudo técnico de permanência da carteira. **n) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **o) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **p) Benefícios aos empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **s) Participação nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos, são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Seguradora investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: *Comitê de direção:* cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório, bem como a supervisão direta e a gestão das Unidades de Negócios, a fim de que sejam impulsionados todos os projetos e objetos corporativos, também lhe compete a análise e eventual revisão das deliberações adotadas nos diversos Comitês ou Comissões de Apoio constituídos. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. *Comitê de auditoria:* órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. *Comitê de estratégia financeira:* constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. *Comitê de Administração e Meios da Regional Brasil:* objetivando que a estrutura de governança seja mais efetiva e dinâmica, onde o acompanhamento dos assuntos de gestão de risco, atuarial controle interno e compliance, passam a ser analisados e avaliados por este comitê. *Comitê de Riscos e Compliance:* constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas. Os Comitês têm em seus regulamentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais o GRUPO MAPFRE está exposto, a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao seu perfil. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno. O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Refere-se a possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Seguradora segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente, e realiza testes de consistências e recálculos atuariais, para avaliar sua adequação técnico-operacional. O GRUPO MAPFRE define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O GRUPO MAPFRE utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral destes riscos a resseguradora MAPFRE R do Brasil Companhia de Resseguros pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados. **Sensibilidade do risco de seguro:** As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi verificada o comportamento da carteira diante de três cenários de estresse. A sensibilidade do risco de sobrevivência foi realizada através da redução na taxa de mortalidade e do aumento na taxa de conversão em renda que, por consequência, causa a redução na taxa de resgate/cancelamento. A carteira de Previdência possui produtos com garantias de rentabilidades predefinidas, então, foi proposta, também, uma redução na taxa de juros. Abaixo apresentam-se os valores obtidos para cada cenário proposto:

Impacto no patrimônio líquido/resultado	2018
Ativos financeiros - Rating	
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.420.431
Debêntures	-
Letras financeiras	621.204
Outras aplicações	262.663
CDB	145.152
	5.862
Total	2.426.293

Ativos financeiros - Rating	AAA	Sem rating	2017
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.896.994	-	2.896.994
Debêntures	-	139.452	139.452
Letras financeiras	-	308.502	308.502
Outras aplicações	-	132.830	132.830
CDB	60.604	-	60.604
Total	2.957.598	580.784	3.538.381

(*) A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* “AAA”, uma vez que a contra parte é o Governo Federal.

Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar os seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo financeiro em caixa necessário para quitação de uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Seguradora para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou a conceder. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Comitê de Administração e Meios. O gerenciamento da liquidez é realizado de acordo com a análise de fluxo simples de pagamento, levando em consideração a expectativa de vida do participante e a tábua de mortalidade brasileira, corrigindo esse fluxo pela expectativa dos índices de inflação. Os ativos financeiros para honrar o fluxo de passivos são aplicados em ativos com vencimentos e indexadores semelhantes aos do fluxo de passivo financeiro.

	De 1 a	Acima de		
	Até 1 ano	5 anos	5 anos	Total
Caixa e bancos	609	-	-	609
Aplicações (*)	2.961.427	183.963	222.920	3.368.310
Créditos das operações de seguros e resseguros	818	-	-	818
Créditos das operações com previdência complementar	945	-	-	945
Outros créditos operacionais	2.056	-	-	2.056
Ativos de resseguro	2.759	-	-	2.759
Títulos e créditos a receber (**)	4.401	22.599	-	27.000
Outros valores e bens	74	-	-	74
Despesas antecipadas	31	-	-	31
Custos de aquisição diferidos	55.357	-	-	55.357
Total dos ativos financeiros	3.028.477	206.562	222.920	3.457.959
Contas a pagar	7.613	315	-	7.928
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.484	-	-	4.484
Débitos de operações com previdência complementar	6.572	-	-	6.572
Depósitos de terceiros	18.716	-	-	18.716
Provisões técnicas - seguros e resseguros (*)	149.346	1.234.618	-	1.383.964
Provisões técnicas - previdência complementar	210.387	1.723.020	-	1.933.407
Total dos passivos financeiros	397.118	2.957.953	-	3.355.071

	De 1 a	Acima de		
	Até 1 ano	5 anos	5 anos	Total
Caixa e bancos	1.974	-	-	1.974
Aplicações (*)	3.206.814	256.601	-	3.463.415
Créditos das operações de seguros e resseguros	135	-	-	135
Créditos das operações com previdência complementar	2.158	-	-	2.158
Outros créditos operacionais	4.514	-	-	4.514
Títulos e créditos a receber (**)	1.903	18.782	-	20.685
Outros valores e bens	54	-	-	54
Despesas antecipadas	14	-	-	14
Custos de aquisição diferidos	47.639	-	-	47.639
Total dos ativos financeiros	3.265.205	275.383	-	3.540.588
Contas a pagar	12.087	401	-	12.488
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.053	-	-	3.053
Débitos de operações com previdência complementar	14.984	-	-	14.984
Depósitos de terceiros	1.966	-	-	1.966
Provisões técnicas - seguros e resseguros (*)	151.462	1.301.077	-	1.452.539
Provisões técnicas - previdência complementar	65.422	1.904.804	-	1.970.226
Total dos passivos financeiros	248.974	3.206.282	-	3.455.256

(

☆ continuação

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento			Ativos				Total			
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ganho/(Perda) não realizada	2018	%	2017	%
		(A)	(B)	(C)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)		(H)	
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado												
Fundos de investimentos												
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	12.152	46.662	–	58.814	58.802	58.814	12	58.814	31%	50.257	29%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	–	452	–	452	433	452	19	452	0%	2.325	1%
Operações compromissadas	1	38.803	–	–	38.803	38.803	38.803	–	38.803	20%	34.158	20%
Títulos da dívida agrária	2	3.472	2.906	253	6.631	6.711	6.631	(80)	6.631	3%	11.306	7%
Quotas e fundos de investimentos - DPVAT	2	87.002	–	–	87.002	87.002	87.002	–	87.002	46%	74.966	43%
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	(582)	–	–	(582)	(580)	(582)	(2)	(582)	0%	(544)	0%
Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL		2.899.767	–	–	2.899.767	2.899.765	2.899.767	2	2.899.767	94%	3.088.560	95%
Certificados de depósitos bancários	2	5.862	–	–	5.862	5.862	5.862	–	5.862	0%	60.604	2%
Debêntures	2	621.204	–	–	621.204	621.203	621.204	1	621.204	21%	139.452	5%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	1.128.847	–	–	1.128.847	1.128.846	1.128.847	1	1.128.847	39%	650.383	21%
Letras financeiras - LF	2	262.663	–	–	262.663	262.664	262.663	(1)	262.663	9%	308.502	10%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	460.993	–	–	460.993	460.993	460.993	–	460.993	16%	353.308	11%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	121.963	–	–	121.963	121.963	121.963	–	121.963	4%	46.184	2%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	16.464	–	–	16.464	16.464	16.464	–	16.464	1%	13.072	0%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	19.967	–	–	19.967	19.967	19.967	–	19.967	1%	1.281.800	42%
Operações compromissadas	1	17.160	–	–	17.160	17.160	17.160	–	17.160	1%	97.233	3%
Opções de futuros	2	70.213	–	–	70.213	70.213	70.213	–	70.213	2%	–	0%
Títulos da dívida agrária	2	28.694	–	–	28.694	28.694	28.694	–	28.694	1%	4.420	0%
Depósitos a prazo com garantia especial	2	23.337	–	–	23.337	23.336	23.337	1	23.337	1%	70.055	2%
Ações	2	60.261	–	–	60.261	60.261	60.261	–	60.261	2%	62.815	2%
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	13.544	–	–	13.544	13.544	13.544	–	13.544	0%	(5.760)	0%
Termo tesouro	1	48.595	–	–	48.595	48.595	48.595	–	48.595	2%	6.492	0%
Ativos mantidos até o vencimento		7.815	133.943	222.667	364.425	364.338	411.564	47.226	364.425	11%	277.353	8%
Fundos de investimentos		7.815	133.943	222.667	364.425	364.338	411.564	47.226	364.425	100%	277.353	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	2.723	19.945	145.068	167.736	167.737	189.918	22.181	167.736	46%	114.147	41%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	–	91.562	77.599	169.161	169.162	193.817	24.655	169.161	46%	157.364	57%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	–	22.436	–	22.436	22.347	22.663	316	22.436	7%	33	0%
Títulos da dívida agrária	2	5.092	–	–	5.092	5.092	5.166	74	5.092	1%	5.809	2%
Total		3.048.429	183.963	222.920	3.455.312	3.455.274	3.502.451	47.177	3.455.312	100%	3.538.381	100%

b) Movimentações das aplicações financeiras

	2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Atualizações	2018
Fundo de investimento exclusivo	449.821	401.162	(337.822)	42.384	555.545
Valor justo por meio do resultado	172.468	332.150	(337.187)	23.689	191.120
Mantidos até o vencimento	277.353	69.012	(635)	18.695	364.425
Quotas fundos especialmente constituídos	3.088.560	268.542	(673.634)	216.299	2.899.767
Valor justo por meio do resultado	3.088.560	268.542	(673.634)	216.299	2.899.767
Total	3.538.381	669.704	(1.011.456)	258.683	3.455.312

	2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Atualizações	2017
Fundo de investimento exclusivo	420.144	446.200	(443.710)	27.187	449.821
Valor justo por meio do resultado	156.816	419.275	(429.261)	25.638	172.468
Mantidos até o vencimento	263.328	26.925	(14.449)	1.549	277.353
Quotas fundos especialmente constituídos	3.094.970	414.130	(673.750)	253.210	3.088.560
Valor justo por meio do resultado	3.094.970	414.130	(673.750)	253.210	3.088.560
Total	3.515.114	860.330	(1.117.460)	280.397	3.538.381

c) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *inputs* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2018 e 2017.

d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&FBovespa). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Central e Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante dos títulos e valores geridos pela MAPFRE Investimentos S.A., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3, Brasil Bolsa Balcão (antiga BM&F Bovespa) para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT, é informado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

e) Taxa de juros contratada

	2018		2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
NTN-B	7,58%	4,99%	7,58%	3,52%
NTN-C	8,56%	4,91%	8,56%	4,92%
NTN-F	12,90%	8,77%	12,90%	10,60%
TDA	12,93%	8,66%	13,06%	8,66%

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 2.056 (R\$ 4.514 em 2017), R\$ 1.646 (R\$ 3.988 em 2017) refere-se a taxa de gestão de fundos.

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2018	2017
Cisão de carteiras MAPFRE Vida S.A.	451	413
Compartilhamento de Despesas (Nota 21)	3.129	671
Outros créditos a receber (ativos a serem resgatados)	38	160
Títulos e créditos a receber (ativo circulante)	3.618	1.244
Créditos a receber - Parceria Produto Previdência	22.599	18.782
Títulos e créditos a receber (ativo não circulante)	22.599	18.782

9. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

O saldo de R\$ 229 (R\$ 204 em 2017) refere-se a participação societária na Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT S.A..

b) Movimentação

Provisões técnicas de previdência	2017		Atualização monetária	Portabilidade aceita	Pagamento de rendas	Pagamento de resgates	Transferência excedente financeiro	Pagamento de benefício	Transferência benefício concedido	Reversão	Portabilidade cedida	2018
	Contribuição	Constituição										
PGBL	1.778.488	121.643	79.232	128.274	27.915	–	(113.936)	(12)	(105)	(9.639)	(36.454)	1.727.264
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.745.989	121.643	10.492	127.980	27.915	–	(90.241)	–	–	–	(248.142)	1.685.997
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	29.777	–	10.241	–	–	–	–	–	–	(2.055)	–	37.963
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.975	–	34.910	–	–	–	–	–	–	(34.399)	–	2.486
Provisão de excedentes financeiros - PEF	33	–	–	23	–	–	(12)	–	–	–	–	44
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	714	–	23.454	271	–	(23.695)	–	–	–	–	–	744
Provisão de benefícios a regularizar - PBR	–	–	135	–	–	–	–	(105)	–	–	–	30
Tradicional	191.736	8.777	49.577	11.089	–	(14.306)	(2.646)	(649)	(513)	(1.150)	(35.772)	206.143
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	122.605	8.777	2.768	1.362	–	(2.542)	–	–	(1.150)	–	–	131.820
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	61.234	–	20.085	8.157	–	(14.306)	–	–	–	(10.868)	–	64.303
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.030	–	20.361	–	–	–	–	–	–	(20.439)	–	951
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	297	–	4.478	–	–	–	–	–	–	(4.465)	–	310
Provisão de excedentes financeiros - PEF	5.544	–	–	1.460	–	–	(641)	–	–	–	–	6.362
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	222	–	–	–	–	–	(8)	–	–	–	–	214
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	116	–	108	–	–	(104)	–	–	–	–	–	120
Provisão de benefícios a regularizar - PBR	688	–	1.777	110	–	–	–	(513)	–	–	–	2.063
Total provisões técnicas	1.970.224	130.420	128.809	139.363	27.915	(14.306)	(116.582)	(661)	(618)	(10.789)	(72.226)	1.933.407
Custos de aquisição diferidos	13.689	–	–	–	–	–	–	–	–	(9.695)	(248.142)	3.994

Provisões técnicas de previdência	2016		Atualização monetária	Portabilidade aceita	Pagamento de rendas	Pagamento de resgates	Transferência excedente financeiro	Pagamento de benefício	Transferência benefício concedido	Reversão	Portabilidade cedida	2017
	Contribuição	Constituição										
PGBL	1.754.063	133.539	865.992	142.980	90.629	–	(109.771)	89	–	(8.803)	(845.863)	1.778.488
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	1.730.276	133.539	142.168	142.168	90.629	–	(97.542)	89	–	(8.714)	–	1.745.989
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	20.386	–	8.714	588	–	–	–	89	–	–	–	29.777
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.565	–	410	–	–	–	–	–	–	–	–	1.975
Provisão de excedentes financeiros - PEF	44	–	96	–	–	–	–	–	(89)	(18)	–	313
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	1.792	–	856.868	128	–	(12.229)	–	–	–	(845.845)	–	714
Tradicional	203.812	2.978	8.803	12.257	–	(15.060)	(5.923)	553	(159)	(8.913)	(1.30	

continuação

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2018	2017
Provisões técnicas	3.404.344	3.497.630
Ajustes TAP	15.129	15.908
Parcela correspondente a resseguros contratados	(2.644)	-
Total a ser coberto	3.416.829	3.513.538
Ativos garantidores		
Quotas de fundos de investimentos	468.543	374.857
Quotas de fundos especialmente constituídos (PGBL/VGBL)	2.899.767	3.088.558
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	87.002	74.966
Total de aplicações oferecidos em cobertura	3.455.312	3.538.381
Ativos livres	38.483	24.843

16. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR E PROVISÃO DE VALORES A REGULARIZAR JUDICIAIS

Convênio DPVAT

	2018		
	Quantidade	Valor da ação	Valor provisionado
Provável	3.410	49.333	7.641
Total	3.410	49.333	7.641

	2017		
	Quantidade	Valor da ação	Valor provisionado
Provável	3.418	40.236	8.060
Total	3.418	40.236	8.060

Seguros - Provisão de Sinistros a Liquidar - Judiciais

	2018		
	Quantidade	Valor da ação	Valor provisionado
Provável	2	123	346
Total	2	123	346

	2017		
	Quantidade	Valor da ação	Valor provisionado
Provável	2	155	156
Total	2	155	156

Previdência - Provisão de Valores a Regularizar Judiciais

	2018		
	Quantidade	Valor da ação	Valor provisionado
Provável	2	42	166
Total	2	42	166

	2017		
	Quantidade	Valor da ação	Valor provisionado
Provável	5	-	383
Possível	10	1.406	-
Remota	3	265	-
Total	18	1.671	383

17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, por valores efetivamente recebidos, mas ainda não reclassificados para as correspondentes provisões matemáticas.

18. TRIBUTOS DIFERIDOS

	2018	2017
Imposto de renda	197	251
Contribuição social	118	150
Total	315	401

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 81.273 (R\$ 81.273 em 2017) e está representado por ações 383.937 (267.765 em 2017) ações ordinárias sem valor nominal. Em 28 de dezembro de 2018, foi deliberada, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Previdência o montante de R\$ 35.000. **b) Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **d) Reservas estatutárias:** Conforme previsto no Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias. Em caso de prejuízo, este é absorvido pelas reservas estatutárias.

20. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	2018	2017
a) Rendas de contribuições e prêmios	292.967	322.351
VGBL	169.328	186.247
PGBL	121.643	133.539
Tradicional	1.996	2.565

b) Ramos de atuação

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Contribuição de risco	6.425	4.504	-	-	-	-
Vida individual por sobrevivência	28.944	24.465	49,68%	2,79%	20,93%	39,00%
DPVAT	22.244	26.003	85,92%	83,41%	1,20%	1,19%
Total	57.613	54.972	58,13%	40,70%	10,98%	17,92%

c) Prêmios ganhos

	2018	2017
Prêmios emitidos	101.896	85.320
Contribuições para cobertura de riscos	6.425	4.504
Variações de provisões técnicas de prêmios	(50.708)	(34.852)
Total	(33.491)	(22.372)

d) Sinistros ocorridos

	2018	2017
Indenizações avisadas	(28.962)	(15.065)
Despesas com sinistros	(5.386)	(6.624)
Despesas com benefícios	-	(119)
Varição de eventos ocorridos mas não avisados	(282)	(288)
Varição de sinistros ocorridos mas não avisados	1.139	(276)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da

MAPFRE Previdência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da

MAPFRE Previdência S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas da análise de solvência e dos limites de retenção.

e) Custo de aquisição de seguros e previdência

Custo de aquisição de previdência

	2018	2017
Comissões	(9.822)	(11.607)
Variação das despesas de comercialização	(1.414)	(1.167)
Variação de outras despesas de comercialização	(3.154)	330
Custo de aquisição de seguros	(12.894)	(9.881)
Comissões	(2.918)	(19.410)
Outras despesas de comercialização	(846)	(1.366)
Variação das despesas de comercialização	10.870	10.895

f) Outras receitas e (despesas) operacionais

	2018	2017
Outras receitas e (despesas) operacionais - seguros	735	(3.104)
Despesa com cobrança	(2.906)	(2.697)
Outras receitas e (despesas) operacionais	3.641	(407)

Outras receitas e (despesas) operacionais - previdência

	2018	2017
Outras receitas e (despesas) operacionais	3.627	3.010

g) Resultado com resseguro

	2018	2017
Seguros	1.858	(5.325)
Receita com Participação em Lucros	13.246	2.612
Prêmio de resseguro cedido	(11.388)	(7.964)

Previdência

	2018	2017
Recuperação de sinistros de resseguro cedido	149	183
Prêmio de resseguro cedido	(2.355)	(1.500)

h) Despesas administrativas

	2018	2017
Pessoal próprio	(19.383)	(19.780)
Serviços de terceiros	(9.907)	(9.139)
Localização e funcionamento	(1.366)	(1.908)
Publicidade e propaganda	(8)	(36)
Publicação	(135)	(130)
Donativos e contribuições	(246)	(205)
Outras despesas	(979)	(157)
Recuperação de despesas administrativas (Nota 21)	(2.276)	(3.009)

i) Despesas com tributos

	2018	2017
COFINS	(2.335)	(1.952)
PIS	(385)	(321)
Taxa de fiscalização	(2.487)	(2.198)
Outros tributos	(1.409)	(701)

j) Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras	258.902	280.726
Receitas com carteira própria (CDB)	-	29
Receitas com cotas de fundos de investimento	37.055	23.149

Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos

	2018	2017
garantidores (PGBL/VGBL)	216.299	250.468
Receitas financeiras com quotas de fundos de investimentos/DPVAT	5.329	6.715

Receitas com operação de seguros/DPVAT

	2018	2017
Outras receitas financeiras	144	187
Despesas financeiras	75	142

Despesas financeiras

	2018	2017
Atualização monetária/PGBL/VGBL	(216.304)	(250.468)
Atualização monetária/tradicional	(14.284)	(5.723)
Atualização monetária/vida individual	(8.343)	(3.798)
Atualização monetária/benefício concedido	(9.569)	(6.096)
Despesa financeira com operações de DPVAT	(5.330)	(6.752)
Atualização excedente financeiro	(1.527)	(1.461)
Atualização valores a regularizar	(467)	(656)
Outras despesas financeiras	(226)	(234)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora empresas do GRUPO MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2018	2017
Ativo circulante	818	135
Créditos das operações com seguros e resseguros	818	135
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (1)	2.759	-
Operações com resseguradoras	2.759	-
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (1)	3.129	671
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento	-	31
CESVI-Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	205	-
MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.	890	490
MAPFRE Assistência Ltda.	803	-
MAPFRE Brasil Participações S.A.	511	-
MAPFRE Capitalização S.A.	120	1
MAPFRE Holding do Brasil Ltda.	38	-
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	309	-
MAPFRE Investimentos S.A.	172	146
MAPFRE Saúde Ltda.	81	3
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.	81	3
Total do ativo	6.706	806

Passivo circulante

	2018	2017
Obrigações a pagar - Outras	79	597
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	79	408
MAPFRE Investimentos S.A.	-	48
MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.	-	27
MAPFRE Brasil Participações S.A.	-	4
MAPFRE Capitalização S.A.	-	110

Prêmios de resseguro cedido

	2018	2017
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (1)	3.852	2.774
Total do passivo	3.931	3.371

Resultado

	2018	2017
Resultado com operações de resseguro	(347)	(6.669)
Receita com resseguro	13.361	2.612
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (1)	13.361	2.612

Despesa com resseguro

	2018	2017
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (1)	(13.708)	(9.281)
Despesas administrativas	(1.680)	(1.041)

Despesas administrativas

	2018	2017
MAPFRE Saúde Ltda.	(1.680)	(1.041)

Despesas administrativas - Compartilhamento

	2018	2017
--	------	------